

Política



MALU GASPAR

Ações de cassação de Moro vão ao TSE

Relator liberou caso para julgamento um mês após absolvição de senador no TRE-PR



SESSÃO DO CONGRESSO

REDUÇÃO DE DANOS

Governo demonstra força em votação de vetos, apesar de reverses pontuais em plenário

LAURIBERTO POMPEU
E VICTÓRIA ABEL
japão@globo.com.br
mexico

Em meio às dificuldades enfrentadas por ter uma base desarticulada, o governo conseguiu ontem dar uma demonstração de força no Congresso. Na primeira sessão conjunta de Câmara e Senado do ano, na qual foram analisados vetos do presidente da República, o Palácio do Planalto conseguiu reverter o cenário negativo e costurar entendimentos favoráveis à agenda de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar das concessões feitas aos parlamentares e reverses pontuais, os danos sobre medidas relacionadas ao orçamento e pautas ligadas a disputas ideológicas foram minimizados.

Na principal votação do dia, o governo articulou um acordo para que parlamentares recuperassem R\$ 3,6 bilhões dos R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão vetadas por Lula. Na prática, com a derrubada parcial do veto, o governo conseguiu salvar R\$ 2 bilhões para direcionar a investimentos.

Durante o dia, o governo colheu derrotas em votações que tratavam de apostas esportivas e lei dos agrotóxicos (ver mais nas páginas 13 e 17), mas outros temas sensíveis para o Poder Executivo não serão analisados no dia 28 de maio.

Com isso, haverá mais tempo para o Planalto negociar. Esse é o caso do veto às saídas de presídios e ao calendário fixo de pagamento de emendas.

O entendimento sobre o montante de emendas de comissão, uma negociação em que o governo resolveu ceder para "não perder tudo", só foi possível após um esforço para aprovar, na véspera, um outro projeto de



Plenário da Câmara. Em sessão do Congresso, governo articulou para que parlamentares recuperassem R\$ 3,6 bi dos R\$ 5,6 bi de emendas vetadas por Lula

ACORDO ENTRE GOVERNO E CONGRESSO

R\$ 2,4 bi

Montante das emendas de comissão para a Câmara

R\$ 1,2 bi

Montante das emendas de comissão para o Senado

PONTOS ADIADOS



Calendário de emendas



Salário de presidente



Lei de Segurança Nacional

O presidente Lula vetou um dispositivo aprovado pelo Congresso que obrigava o Poder Executivo a seguir um cronograma de liberação das emendas.

O governo dá como certa a derrubada do veto à proibição da saída temporária de presos. Ministros da área política cederiam a sanção do projeto para evitar desgaste com o Congresso.

A oposição pleiteou o adiamento da análise dos vetos de Jair Bolsonaro ao projeto que revogou a Lei e estabeleceu novos crimes contra as instituições democráticas.

retribuiu o gesto de auxílio ao governo e que houvesse um acordo sobre a desoneração das empresas.

Logo depois do fim da ses-

são do Congresso, Haddad foi ao Senado e anunciou um entendimento para que a desoneração se mantenha até o final de 2024 e que, a

partir disso, haja uma reorganização gradual.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participou da reunião com Haddad e Pacheco.

— Agente veio agradecer ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Desde o começo do ano ele compreendeu o pedido que foi feito pelo governo de que a sessão só acontecesse depois do relatório bimestral de arrecadação e despesas, para construir um ambiente melhor e fazer uma avaliação mais correta com a situação do orçamento — disse o ministro de Lula responsável pela articulação política.

Além de Pacheco, o acordo contou com o empenho do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que foi relator do projeto do DPVAT, e do senador Davi Alcolumbre (União-AP), que tem interesse em ter o apoio do Planalto para ser eleito presidente do Senado na sucessão de Pacheco.

Alcolumbre também ar-

ticulou o adiamento de votações que eram dadas como derrotas certas para o Planalto. Ele chegou a discursar mostrando preocupação com o fato de não haver acordo em vetos do calendário de liberação de emendas, que obriga o governo a liberar a verba até 30 de junho.

Houve um acordo para que o adiamento desse veto levasse em conta a liberação de 55% das emendas de transferência especial, conhecidas como emendas Pix, até junho. Parlamentares também querem a liberação de outros tipos de emenda e tentam arrancar um compromisso do governo.

PRESSÃO DA BASE

Alcolumbre se manifestou ainda pelo adiamento da votação do veto que derrubou o ponto central da lei que dificulta as "saídas".

Isso aconteceu após a base ameaçar articular a votação de vetos na Lei do Estado Democrático de Direito, que substituiu a Lei de Segurança Nacional. Esses vetos foram feitos ainda pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Um deles tratava da criminalização de disseminação de fake news contra o processo eleitoral. Com risco de um revés, a oposição desistiu de votar as saídas.

O assunto, assim como alguns pontos na lei dos agrotóxicos e nas leis orgânicas das Polícias Militares e Polícias Civis, foram programados para a próxima sessão do Congresso, no fim do mês.

— Foi um dia em que nós tivemos uma sessão extremamente dinâmica, em que nós passamos de uma abertura em que praticamente não se tinha condição de votar absolutamente nada, tudo um consenso, e, com esse exercício do diálogo pleno, nós conseguimos vencer ponto a ponto — disse o líder da maioria, Agnaldo Ribeiro (PP-PB).

Rivais, Lira e Renan dividem palanque em evento com Lula

Em seu discurso, o presidente disse que os dois o ajudaram a governar

KAROLINI BANDEIRA
karolinib@globo.com.br
mexico

Rivais políticos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o senador Renan Calheiros (MDB-AL) dividiram o palanque ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um evento ontem, em Alagoas.

Em seu discurso, Lula disse que tanto Lira quanto Calheiros o "ajudaram muito" a governar. Calheiros, en-

quanto era presidente do Senado durante seus dois primeiros mandatos; e Lira, por participar da aprovação da PEC da Transição em 2022, que garantiu R\$ 145 bilhões acima do teto de gastos para programas sociais do governo em 2023.

O petista relatou que, ao vencer as eleições contra o Jair Bolsonaro (PL), aliado do presidente da Câmara, ouviu que teria "dificuldade em governar" com Lira no Congresso.

— Eu tive o Renan (Calheiros) como presidente do Senado, alagoano, presidente por dois mandatos que me ajudou muito a governar. E agora, aqui Deus que eu tivesse um outro alagoano na presidência da Câmara, que me ajudou muito, nós começamos a governar antes de tomar posse porque foram eles que coordenaram junto com o Rui Costa e Haddad a PEC da Transição — declarou Lula.

O presidente ainda agradeceu ao presidente da Câmara e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por aprovarem projetos do governo.

— Você dizer para vocês, eu

agradeço ao Lira, ao Pacheco, aos deputados, até aqueles contrários eu agradeço. Porque até hoje não tivemos um projeto derrotado na Câmara.

Lira e Renan discursaram durante a assinatura da or-

dem de serviço que dará início às obras de construção do Trecho V do Canal do Sertão Alagoano em São José da Tapera. Os dois devem se enfrentar na corrida ao Senado em 2026.



Palanque. Renan Calheiros (à esquerda na imagem), Lula e Arthur Lira (à direita) durante evento no interior de Alagoas